Acolhimento de mulheres em situação de violência em Campinas: o trabalho de cuidado de militantes na Ocupação Maria Lúcia Petit Vive!

Palavras-Chave: Trabalho de cuidados; Violência de gênero; Movimento Feminista

Autoras:
Ana Carolina Martins Lira Pinto, IFCH - UNICAMP
Profª. Drª. Bárbara Geraldo de Castro (orientadora), IFCH - UNICAMP

INTRODUÇÃO:

Este projeto de pesquisa tem como objetivo investigar quais noções de trabalho de cuidado se fazem presentes e como estas são mobilizadas pelas militantes do Movimento de Mulheres Olga Benário na Ocupação de Mulheres Maria Lúcia Petit Vive! com a realização dos seus atendimentos de acolhimento de mulheres em situação de violência.

Procuramos, com este estudo, contribuir para o debate sobre o trabalho de acolhimento de mulheres em situação de violência no campo dos estudos sobre o cuidado. Parte-se do entendimento que o acolhimento corresponde à concepção de que o cuidado são "redes de pessoas comprometidas com o atendimento das necessidades de outras pessoas [qu]e evidencia que somos vulneráveis e dependentes uns dos outros" (Tronto, 2007 *apud* Sorj, 2022). Essa concepção fundamenta os estudos do trabalho de provedoras de cuidado, destacando as dimensões emocionais deste trabalho e sua relação com a reprodução social da vida em geral. A bibliografia também compreende como o trabalho de cuidados está vinculado às lógicas institucionais e políticas de diferentes formas de governo. Ou seja, este campo de estudo busca compreender como os desenhos de políticas de bem-estar social ou de cunho neoliberais afetam a maneira como esses serviços são ofertados na sociedade.

Entende-se que as pessoas que atuam no acolhimento a vítimas de violência, presentes nas Delegacias de Defesa da Mulher, nos Centros de Referência e nas Ocupações de Mulheres, exercem trabalho de cuidado já que, ao lidar com mulheres em situação de vulnerabilidade e violência atendem à necessidades diversas que acometem esse grupo. Também manifestam "o esforço emocional (...) no centro da performance" (Guimarães, 2016, p.72) e realizam "investimentos emocionais que marca[m] as relações sociais de trabalho tecidas na intimidade" (Guimarães, 2016, p.73).

No Brasil, os estudos sobre o cuidado concentram-se nas relações de trabalho e nas discussões feministas sobre a divisão sexual do trabalho, especialmente no que se refere ao cuidado doméstico e não-remunerado. No entanto, o campo ainda carece de análises mais aprofundadas sobre formas comunitárias e não-remuneradas de cuidado, como aquelas praticadas por militantes de movimentos sociais. Esta pesquisa propõe investigar as dinâmicas específicas do trabalho de cuidados realizado por integrantes do Movimento de Mulheres Olga Benário, contribuindo para uma compreensão ampliada das práticas de cuidado fora do âmbito doméstico e institucional. Partindo de abordagens recentes (Guimarães, Hirata e Posthuma, 2020; Guimarães e Pinheiro, 2023), o estudo busca evidenciar características próprias dessas experiências coletivas, que articulam cuidado, militância e resistência em territórios marcados por vulnerabilidades sociais e ausência do Estado.

METODOLOGIA:

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e está em andamento com a análise de materiais produzidos pelo Movimento de Mulheres Olga Benário (postagens em redes sociais, cadernos de debate e artigos em jornais)

para identificar os discursos sobre o cuidado presentes nas ações do movimento, especialmente no que se refere à rede de atendimento à mulher e às práticas de acolhimento nas ocupações organizadas.

Com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Unicamp, estão sendo realizadas 5 entrevistas semiestruturadas com militantes e voluntárias atuantes no cuidado a mulheres em situação de violência pela rede do movimento. As entrevistas são gravadas, transcritas e validadas pelas participantes. O trabalho de campo inclui também observações etnográficas, voltadas para a dimensão prática, cotidiana e espacial das ações de cuidado.

Paralelamente, é realizada uma revisão bibliográfica sobre trabalho de cuidados, movimentos feministas e violência de gênero. Essa etapa envolve fichamentos e reuniões com a orientadora, com o objetivo de aprofundar a análise e articular teoria e prática de forma consistente.

A epistemologia feminista argumenta que nossas experiências individuais moldam nossas percepções do mundo, tornando a objetividade uma questão de contextualização específica, não de universalidade. Partindo dessa visão, esclareço e situo minha posição enquanto pesquisadora e militante-coordenadora da Ocupação Maria Lúcia Petit Vive! e do Movimento de Mulheres Olga Benário, dentro das noções de *saberes localizados* e de *objetividade científica* de Donna Haraway (1995) e Sandra Harding (1993). Isto é, o entendimento da perspectiva parcial, situada e concreta, enquanto essencial para alcançar uma compreensão mais ampla e objetiva da realidade, ao invés de buscar uma visão supostamente neutra ou universal para o fazer científico. Tendo em vista os avanços e limitações que esta posição implica, esta pesquisa terá o trabalho de análise e reflexividade crítica para a construção dos debates propostos.

Esta pesquisa conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo nº 2024/21927-0, o que assegura as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades de campo, análise e aprofundamento teórico ao longo de sua execução.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

1. A institucionalização do acolhimento e trabalho de cuidados

Durante a redemocratização brasileira, os movimentos feministas desempenharam um papel central ao denunciar a violência contra as mulheres, buscando visibilizar formas específicas de agressão muitas vezes ignoradas pelo Estado e pela sociedade. A luta feminista reivindicava a transformação cultural que legitima essa violência, enfrentando a omissão institucional e a naturalização do problema, como no caso dos estupros silenciados pela cultura do medo e da vergonha (Barsted, 1994).

Essa mobilização política foi decisiva para a criação das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres (DEAMs) em 1985, embora sua institucionalização tenha sido limitada por marcos legais que não contemplavam adequadamente os diversos tipos de violência de gênero e doméstica. A atuação das delegadas, como mostram os estudos etnográficos de Gregori (2006), era influenciada por interpretações que hierarquizavam os crimes, minimizando a violência no ambiente conjugal em comparação a outras tipificações. A ausência de uma formação crítica de gênero entre os profissionais destas delegacias e a precariedade das estruturas de atendimento dificultavam a efetividade das denúncias (Santos, 2010). A criação da Lei Maria da Penha, em 2006, marca um avanço fundamental ao reconhecer a violência de gênero como violação de direitos humanos e ampliar o entendimento do problema para além da criminalização, contemplando suas raízes sociais e estruturais (Pasinato, 2015).

A construção de uma rede de apoio mais sensível às demandas das mulheres envolveu iniciativas populares, como o SOS-Mulher, que, nos anos 1980, oferecia acolhimento jurídico, psicológico e social às mulheres em situação de violência. Portanto, neste contexto, os movimentos feministas se consolidam como agentes políticos fundamentais na denúncia e enfrentamento das violências de gênero, em um diálogo mais próximo às demandas das mulheres e mobilizando-se para que o Estado crie novas políticas públicas. O Movimento de Mulheres Olga Benário, foco desta pesquisa, realiza ações como as "patrulhas do Olga", voltadas ao mapeamento e fiscalização de serviços públicos de atendimento às mulheres (hospitais, DDMs, Centros de Referência, entre outros). A partir dos diagnósticos realizados nestas patrulhas e da prática reflexiva destas críticas, produzem as noções de cuidado e imaginação política sobre novas formas de organização do acolhimento,

baseadas na coletividade, autogestão e integração. Essa prática evidencia que o cuidado promovido pelo movimento é sistemático e possui intencionalidade política, mostrando que o cuidado é também uma forma de ação transformadora e de disputa por direitos, além de ser parte essencial para o acolhimento humanizado.

2. O contexto do campo de pesquisa e o movimento Olga Benário

A cidade de Campinas, interior do Estado de São Paulo, registrou um aumento de 16.27% nos casos de estupro no ano de 2023 com relação ao ano anterior, computando o maior índice em 23 anos (1.229 ocorrências)[1]. Os dados são da Secretaria de Segurança Pública (SSP-SP)[2], e apontam que, somente em janeiro de 2024, a SSP registrou 41 casos, uma alta de 86,3% em relação ao mesmo mês do ano anterior[3]. Além disso, a SSP-SP pontua 105 ocorrências de feminicídio na região de Campinas desde março de 2005, quando a lei tipificou este crime, até novembro de 2023. Para além dos dados de feminicídio, de acordo com informações do Tribunal Superior de Justiça de São Paulo ao portal de notícias *CBN Campinas*[4], 1169 mulheres acionaram recurso de medida protetiva nos primeiros seis meses de 2024, bem como registro de 178 ocorrências de violência doméstica pela Guarda Municipal de Campinas no mesmo período. No boletim nº17 do Sistema de Notificação de Violência em Campinas (SISNOV/Sinan), publicado em novembro de 2024, na análise dos últimos 5 anos, a violência física foi a mais notificada (34%), seguida dos casos de tentativas de suicídio (23%) e violência sexual (16%), sendo as mulheres maior parte das vítimas (71%). A partir destes dados é possível identificar como a violência contra a mulher se faz presente na cidade, sendo uma questão que necessita ser abordada e compreendida profundamente para que seja possível tomar ações efetivas de combate e defesa pela vida das mulheres.

A cidade conta com uma rede formal de acolhimento e apoio para mulheres vítimas de violência de gênero formada pela 1ª e 2ª DDMs de Campinas, Centro de Referência e Apoio à Mulher (Ceamo) e, inaugurada neste último ano de 2024, a Casa da Mulher Campineira, que reúne os serviços. No entanto, diante das limitações desses espaços, o Movimento de Mulheres Olga Benário tem atuado de forma independente e crítica. Fundado em 2011, o movimento surgiu a partir das experiências de mulheres em ocupações urbanas do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e da necessidade de enfrentamento direto às violências estruturais que atingem especialmente mulheres negras, pobres e periféricas.

Em Campinas, o Movimento de Mulheres Olga Benário realizou patrulhas na 2ª Delegacia de Defesa da Mulher de Campinas (única que disponibiliza atendimento 24 horas por dia), no Ceamo, na Casa da Mulher Campineira e em diversos outros espaços de acolhimento da cidade, nos anos de 2022, 2023 e 2024. A partir da sua avaliação, construíram a Ocupação de Mulheres Maria Lúcia Petit Vive! em 29 de abril de 2023, na região central de Campinas, bairro do Botafogo, como forma de denúncia da sobrecarga e precarização sofrida por estes aparelhos, prestando o serviço de acolhimento de forma independente, com a Rede de Acolhimento Maria Lúcia Petit. Mesmo após a reintegração da ocupação em fevereiro de 2025 e promessas não cumpridas pela gestão municipal, as militantes do Olga retomaram a iniciativa em julho, na semana do dia da mulher negra, latinoamericana e caribenha, ocupando o imóvel público abandonado, que havia sido prometido ao movimento pela gestão do prefeito Dário Saadi, no bairro Vila Industrial.

A atuação do movimento combina denúncia, cuidado e articulação coletiva, sendo parte de uma estratégia nacional que já soma mais de 30 ocupações. As ações visam tanto o atendimento direto quanto a provocação política sobre a ausência do Estado, desafiando a lógica dominante das políticas públicas fragmentadas e insuficientes. Em Campinas, essas práticas se tornaram referência por integrar resistência e acolhimento no cotidiano das mulheres em situação de violência. A organização das Casas de Referência se dá por meio do

---

[1],"Região de Campinas fecha 2023 com maior n.o de estupros em 23 anos; latrocínio também cresce." *G1*, 26 Jan. 2024, <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2024/01/26/regiao-de-campinas-fecha-2023-com-maior-no-de-estupros-em-23-anos-diz-ssp-furtos-tambem-crescem.ghtml>. Acesso em 8 de Abril de 2024.

[2] *Portal SSP*. <https://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/violencia-contra-a-mulher>. Acesso em 8 de Abril de 2024.

[3]"Fim trágico no ciclo de violência contra mulher, feminicídio tem 111 vítimas na região desde 2015." *G1*, 20 Jan. 2024, <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2024/01/20/fim-tragico-no-ciclo-de-violencia-contra-mulher-feminicidio-tem-111-vitimas-na-regiao-desde-2015.ghtml.> Acesso em 8 de Abril de 2024.

[4]ALBUQUERQUE, A. Medidas protetivas para vítimas de violência aumentam 31% no 1o semestre em Campinas. Disponível em:<https://portalcbncampinas.com.br/2024/07/medidas-protetivas-para-mulheres-vitimas-de-violencia-aumentam-31-no-primeiro-semestre-em-campinas/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

trabalho voluntário das militantes, que se revezam em escalas para garantir funcionamento integral. Os espaços, simbolicamente decorados com referências feministas, oferecem atendimento psicológico, jurídico e assistencial, promovendo um feminismo interseccional, crítico e enraizado na realidade das mulheres populares. Mais do que um serviço, trata-se de um espaço político onde o cuidado é coletivo e conscientemente construído. Como relatam as próprias integrantes nas entrevistas realizadas até o momento, a vinculação ao movimento político é o que sustenta a continuidade e o compromisso, reforçando que a luta contra a violência de gênero exige mais do que políticas institucionais — exige engajamento, pertencimento e transformação social cotidiana.

CONCLUSÕES:

O campo de estudo do cuidado têm começado a abordar as formas voluntárias e coletivas de organização de trabalho popular de cuidado. Um destes novos estudos é o relatório por Marisa Fournier da oficina da Organização Internacional do Trabalho em Buenos Aires de 2022, que propõe construir uma taxonomia do trabalho comunitário de cuidado, com ênfase no reconhecimento dos e das trabalhadoras do cuidado comunitário (Fournier, 2022, p.8). Este estudo permite uma compreensão mais profunda sobre as formas de autogestão do cuidado que surgem enquanto respostas a um déficit estatal em políticas públicas de atenção às necessidades de cuidados em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. As iniciativas de cuidado comunitário configuram-se como formas inovadoras de organização do trabalho, com caráter associativo e papel fundamental na sustentabilidade da vida. Segundo Fournier (OIT, 2022), sua atuação é indispensável em três dimensões: no campo **social**, ao produzir e fortalecer vínculos de cuidado; no **político**, ao garantir estabilidade e promover uma vigilância territorial sobre a violação de direitos por meio de práticas deliberativas e democráticas; e no **econômico**, ao desmercantilizar parte dos custos associados ao cuidado e criar novas formas de geração de trabalho. Dessa forma, essas experiências não apenas respondem a necessidades imediatas, mas também formulam alternativas concretas para repensar o cuidado como eixo central da vida coletiva.

Portanto, o que encontramos no Movimento de Mulheres Olga Benário com as ocupações feministas com rede de acolhimento, configura-se como expressões de cuidado comunitário nos termos de Fournier (OIT, 2022), ao criarem espaços autogeridos e enraizados no território que enfrentam, na prática, a ausência do Estado na proteção de mulheres em situação de violência. Com a criação da Rede de Acolhimento, o movimento articula saberes de diversas áreas (como a psicologia, serviço social e advocacia) para oferecer um atendimento mais integrado e humanizado, em contraste com a fragmentação dos serviços públicos tradicionais. Mais do que suprir lacunas, essas iniciativas denunciam a omissão estatal e constroem uma crítica feminista através do cotidiano, formulando práticas de cuidado como formas de resistência. Ao transformar imóveis ociosos em espaços de acolhimento, produzem também um imaginário político sobre outras formas possíveis de proteção social, baseadas na autogestão e na responsabilidade coletiva:

> "A gente ocupa porque a violência não é individual, é sistêmica. E não adianta ser assistencialista, é preciso denunciar, é preciso movimentar o brasileiro em direção a uma mudança. Então, por que ocupamos? Porque é necessário. Agora, se influencia o acolhimento [ter uma ocupação]? Influencia. É muito importante ter nossas próprias quatro paredes. Mas não ter essas quatro paredes, não pode de maneira nenhuma limitar os acolhimentos. Inclusive, mesmo com elas, é preciso expandir, não se limitar a isso. É muito importante ocupar para ter um espaço garantido para fazer o acolhimento, o atendimento. Mas é importante que seja mais do que isso. E é o que a gente vem fazendo, e vem fazendo com bastante qualidade. Tanto a equipe técnica, quanto as militantes do Olga que militam pelas paredes, mas também para fora delas e por coisas para além de paredes." (Entrevista II, coordenadora da equipe técnica, junho/2025)

> "[...] que a gente construa, de fato, o que a gente chama de **poder popular.** Que a própria sociedade consiga se organizar e se manter a partir da coletividade, do que é essencial para a gente sobreviver. É um espaço importante pra isso também, pras mulheres verem as ocupações e elas materializarem a nossa luta. Para as mulheres se entenderem enquanto poder." (Entrevista I, coordenadora estadual do movimento, junho/2025)

BIBLIOGRAFIA

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Em busca do tempo perdido: mulher e políticas públicas no Brasil (1983–1993). *Revista Estudos Feministas*, [S.l.], p. 38, 1994. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16092. Acesso em: 14 out. 2024.

FOURNIER, Marisa. *Taxonomía del trabajo del cuidado comunitario*. Buenos Aires: Oficina de País de la OIT para a Argentina, 2022.

GREGORI, Maria Filomena. Delegacias de defesa da mulher de SP e as instituições: paradoxos e paralelismos. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 27, ed. 53, p. 57–87, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/R3WBD48GQsYyJwC7v5xCMbv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 11 jan. 2024.

GUIMARÃES, Nadya A.; HIRATA, Helena; POSTHUMA, Anne. El cuidado: sus formas, relaciones y actores. Reflexiones a partir del caso de Brasil. In: GUIMARÃES, Nadya A.; HIRATA, Helena (org.). *El cuidado en América Latina: mirando a los casos de Argentina, Brasil, Chile, Colombia y Uruguay*. Buenos Aires: Fundación Medifé Edita, 2020. p. 27–74.

GUIMARÃES, Nadya A.; PINHEIRO, Luana S. O halo do cuidado: desafios para medir o trabalho remunerado de cuidado no Brasil. In: IPEA (org.). *Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023. Cap. 10.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 47, p. 59–77, 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773. Acesso em: 8 maio 2024.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 7–32, 1993. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X1993000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 8 maio 2024.

PASINATO, Wânia. Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 407–428, 2015.

SANTOS, Cecília MacDowell. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 89, p. 153–170, 2010.

SORJ, Bila. Estudos sobre o cuidado na sociologia: a contribuição de Nadya Araújo Guimarães e Helena Hirata. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 1089–1097, 2022.